



REUNIÃO DE TRABALHO
GRUPO DE TRABALHO PARA PROTEÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR E ALTO JURUÁ (BRASIL - PERU)
SÍTIO DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE – RIO BRANCO – BRASIL – DE 25 A 27 DE NOVEMBRO DE 2009

Introdução

Entre os dias 25 e 27 de novembro de 2009, a Comissão Pró-Índio do Acre e a SOS Amazônia no âmbito do Grupo de trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Peru), promoveram uma reunião de trabalho nomeada de *Dinâmicas Transfronteiriças na região Acre-Brasil - Ucayali-Peru: o papel das ONGs e futuras parcerias binacionais*. O evento ocorreu no Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco, Acre, e contou com a participação de lideranças e representantes de instituições do Brasil, Peru e Bolívia.

O objetivo do encontro foi (a) atualizar informações sobre atividades legais e ilegais que oferecem riscos às comunidades da região; (b) trocar informações sobre as ações das ONGs e dos movimentos sociais que atuam na área; (c) elaborar estratégias para a participação das instituições e lideranças comunitárias na definição de projetos voltados à integração regional; (d) e criar uma agenda de atividades entre as organizações dos dois lados da fronteira para 2010.

Do lado brasileiro estiveram presentes representantes de associações e organizações indígenas; associações de moradores, de agricultores e de extrativistas do Alto Juruá; de organizações não governamentais ambientalistas e indigenistas; de órgãos do governo estadual e nacional; de instituto de pesquisa nacional; do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor; e de sindicato de trabalhadores rurais daquela região.

Do Peru vieram representantes da Asociación de Comunidades Nativas Ashaninka; Asociación de Comunidades Nativas para el Desarrollo Integral de Yurua; Instituto del Bien Común; Fundação Peruana para la Conservación de la Naturaleza; e outras lideranças indígenas. Da Bolívia estava o representante da ONG ambientalista Herencia. Fora estes, estiveram também presentes uma estudante de doutorado no Canadá e um cientista do Woods Hole Research Center, organização internacional norte americana.

Síntese das apresentações dos grupos de trabalho

No terceiro dia de reunião os participantes foram distribuídos em quatro grupos de trabalho e foi solicitado a cada uma deles que apontassem oficinas ou cursos que gostariam que fossem realizados nas comunidades; que propusessem, também, temas para serem discutidos nos próximos encontros do GTT; e por último, que indicassem os intercâmbios que julgavam desejáveis sempre tendo em vista a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável.

Do processo de sistematização dos trabalhos apresentados foi possível depreender os seguintes objetivos e resultados esperados:

Objetivos principais

1. Ajudar na conservação das riquezas naturais e no entendimento dos direitos existentes para que as comunidades possam realizar seus planos de vida, cuidando de seus territórios e defendendo seus direitos;
2. Promover intercâmbios de experiências e conhecimentos entre povos indígenas e comunidades tradicionais que ocupam os dois lados da fronteira, incentivando aqueles já em curso;

REUNIÃO DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO PARA PROTEÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR E ALTO JURUÁ (BRASIL - PERU)

3. Ampliar a participação das lideranças peruanas nos projetos de proteção ambiental transfronteiriços, além de incluir estas comunidades nos espaços de diálogo;

Resultados esperados

Que as comunidades saibam lidar com as novas obras de infra-estrutura que estão chegando às suas regiões, estando informadas das conseqüências da devastação e de seus efeitos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Que estejam informadas, também, sobre seus direitos e mecanismos legais existentes para protegê-las e ter sua cidadania em seus territórios e culturas reconhecidos e respeitados enquanto povos e na sua coletividade, como os processos de regularização fundiária e demarcação de terras, ressaltando a importância e as conseqüências de se ter áreas tituladas, bem como conscientes dos direitos que possam ter enquanto posseiros;

Fortalecer programas de SAF já existentes e incentivar a criação de novos. É importante esclarecer o produtor das comunidades do entorno da TI que o SAF pode trazer desenvolvimento econômico e sustentável. Cabe, portanto, insistir nisso demonstrando os benefícios potenciais às comunidades extrativistas, ribeirinhas e assentadas que ainda não estão interessadas nesse processo. No caso de locais já degradados, utilizar tecnologias de recuperação do solo, que é uma maneira de evitar o avanço do desmatamento;

Oficinas/cursos

1. Para identificar equipamentos eletrônicos para uso no monitoramento das condições socioambientais das áreas e de como utilizá-los corretamente;
2. Para a utilização, manutenção básica e conservação adequada de equipamentos de comunicação;
3. Sobre legislação brasileira, peruana e internacional na matéria de Direitos Humanos, Ambientais e Territoriais de povos indígenas e tradicionais;
4. De sensibilização e conscientização das comunidades sobre degradação ambiental, apresentando dados da devastação nas comunidades dos participantes da oficina;
5. Criação e repovoamento de peixes em cativeiro e na natureza;
6. Monitoramento de pirarucus em lagos;
7. Manejo de buriti, patoá, açai e outras palmeiras em terras altas e baixas;
8. Capacitação continuada das organizações de base em gestão administrativa e fortalecimento institucional, com oficinas de elaboração e gestão financeira de projetos, uso de internet para troca de mensagens e recebimento ou envio de documentos, comunicação via skype etc.
9. Esclarecimento sobre temas atuais, como REDD, mudanças climáticas, serviços ambientais e outros, dentro da linha relacional explicada por Foster Brown;
10. Novas formas de manejo, como roçados sem queimada, preservação da mata ciliar, alternativas para o plantio sem fogo e outras;
11. Cursos relacionados aos sistemas agroflorestais: piscicultura, reflorestamento, aproveitamento de sementes, produção de mudas, plantio de hortas, mucuna preta etc;
12. De reflorestamento para recuperar áreas devastadas há muito tempo;
13. Aprender a fazer cerâmica (Kaxinawa);
14. Sobre a cadeia produtiva sustentável de murmuru e outros produtos florestais;
15. Oficinas esclarecendo o funcionamento dos comitês gestores das bacias hidrográficas, incluindo os peruanos na discussão, tendo em vista que os principais rios no Acre nascem naquele país;
16. Para conhecer fontes de financiamento;
17. Sobre a legislação que respalda o processo de constituição e orienta o funcionamento do conselho deliberativo da Resex;

REUNIÃO DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO PARA PROTEÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR E ALTO JURUÁ (BRASIL - PERU)

18. Para esclarecer e promover discussões sobre a nova legislação que proíbe a queima de roçados, abordando seus prazos para cumprimento, direitos e obrigações do governo, sindicatos, organizações, comunidades e famílias;
19. Sobre as diferentes modalidades de reconhecimento territorial, procedimentos legais para reconhecimento e titulação, elaboração de documentos solicitando providências e relatando situações relacionadas, acompanhamento de processos administrativos de regularização fundiária, como demarcar e regularizar uma área;
20. Para repassar informações sobre empresas que estão atuando em grandes obras de infra-estrutura na região, resgatando seu histórico de atuação e impacto em outras comunidades, informar quem são os financiadores destas obras e explicar como o financiamento é concedido às empresas, dada a necessidade, hoje, da consulta e consenso prévio das comunidades para que as verbas sejam liberadas;

Observações/sugestões registradas

1. A maior parte das oficinas pode ser feita como intercâmbio também;
2. Registrar estratégias de fiscalização e vigilância para posterior divulgação;
3. A realização de cursos e oficinas com as comunidades e suas entidades representativas dever ser de forma contínua e articulada;
4. Contemplar, nas atividades sugeridas, a sistematização e difusão das informações produzidas;
5. Elaborar fotos e vídeos de outras áreas com projetos de SAF em andamento para mostrar o antes e o depois destas comunidades e os benefícios conseguidos;
6. Criar estratégias de divulgação e multiplicação de informações sobre iniciativas exitosas em manejo, monitoramento e controle dos recursos naturais;

Intercâmbios sugeridos

1. Com moradores do entorno das TIs e instituições de governo para dar visibilidade aos planos de gestão e formas de trabalho nas aldeias;
2. Para conhecer experiências bem sucedidas de ações contra desmatamento;
3. Para mostrar impactos ambientais de grandes obras de infra-estrutura;
4. Para conhecer experiências de gestão territorial em áreas em processo inicial de gestão planejada;
5. Promover um workshop com as entidades e comunidades [dos dois países?] diretamente envolvidas com os índios isolados;
6. Para conhecer estratégias de fiscalização e vigilância das áreas;
7. Para conhecer a experiências dos AAFIs no aproveitamento de madeiras desvitalizadas para produção de móveis e outros utilitários;
8. Entre comunidades indígenas do Breu, Amônia (Brasil-Peru) e Tamaya para definir estratégias de gestão territorial pós-atividade madeireira;
9. Para promover a troca de informações produzidas por moradores, organizações locais e ONGs com acesso a outras fontes de informação, visando a elaboração de mapas, materiais informativos e fundamentação de documentos para gestão junto aos governos, como também pensando em estratégias binacionais de monitoramento de limites fronteiriços das áreas;
10. De experiências de ordenamento territorial entre Acre e Ucayali;
11. Para conhecer alternativas de produção sustentáveis;
12. Para que as experiências bem-sucedidas nas TIs e de seus agentes agroflorestais sejam repassadas às comunidades do entorno, tais como Resex, UCs e comunidades ribeirinhas;
13. De práticas de artesanato entre reservas extrativistas, assentamentos e TIs;
14. Retomar atividade de artesanato entre as mulheres do grupo As Muralhas do assentamento Nova Cintra;
15. De ecoturismo para as comunidades da Resex e Sawawo Hito 40, através de intercâmbio;
16. Mostrar a experiência desastrosa com relação às águas na Bolívia;

REUNIÃO DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO PARA PROTEÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR E ALTO JURUÁ (BRASIL - PERU)

17. Promover intercâmbio cultural entre povos indígenas brasileiros não sobre pontos comidades, cantoria, dança, brincadeira, medicina tradicional, tecelagem, cerâmica etc;
18. Intercambio cultural entre os ashaninka do Peru e do Brasil;

Observações/sugestões registradas

1. Trabalhar pensando no conjunto de áreas protegidas (mosaico), promovendo intercâmbios entre iniciativas de forma ampla (extrativistas e povos indígenas dos dois países);
2. Através dos intercâmbios, buscar acordos de compartilhamento e ações de monitoramento da áreas;

Temas indicados

1. Monitoramento das condições ambientais de uma bacia hidrográfica;
2. Assistência técnica;
3. Controle e fiscalização efetiva das áreas;
4. Fortalecimento das organizações locais;
5. Alternativas de produção agroflorestal;
6. Demarcação e regularização fundiária;
7. Alternativas para aproveitamento de recursos florestais;
8. Mercados e possibilidades para artesanato e outros produtos agrícolas e florestais;
9. Formação e legitimação dos atores locais frente aos órgãos;
10. Trabalhos de vigilância articulada entre moradores de unidades de conservação e TIs;
11. Pesquisar se há uma legislação peruana específica sobre as águas, e em caso positivo, promover uma discussão à respeito;
12. Experiência da iniciativa MAP de estudo e gestão das águas;

Demais sugestões

1. Realizar estudos sobre a situação fundiária de terras ocupadas por posseiros e terras indígenas sem regularização;
2. Viabilizar meios e canais de comunicação eficientes entre as comunidades e órgãos responsáveis;
3. Preparar agentes voluntários das comunidades para conhecer a legislação, normas e regulamentos;
4. Com relação a ineficiência dos órgãos fiscalizadores:
 - Organizar encontros, seminários, reuniões entre eles e as comunidades;
 - Viabilizar a participação de representantes desses órgãos em ações desenvolvidas com as comunidades, visando a sua sensibilização e estreitamento de relações;
 - Buscar estratégias para o estreitamento de relações e troca de informações entre os órgãos equivalentes dos Brasil e do Peru (por exemplo: INRENA e IBAMA);
5. Com relação a titulação de terra (regularização fundiária)
 - Conhecer os limites percorrendo a área;
 - Realizar mapeamentos;
 - Elaborar planos de gestão;
 - Assessoria às associações comunitárias para encaminhar propostas de regularização aos governos (chamar especialistas que já conhecem a região);
6. Promover debates sobre a questão do narcotráfico, preparando as comunidades para elaborar estratégias de como lidar com a questão em casa particular;
7. Estabelecimento de parcerias entre organizações indígenas e de seringueiros e trabalhadores do entorno com órgãos governamentais;

REUNIÃO DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO PARA PROTEÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DA SERRA DO DIVISOR E ALTO JURUÁ (BRASIL - PERU)

8. Legitimar AAFIS e outros agentes ambientais para fazer intermediação com órgãos governamentais;
9. Disponibilizar cartilhas informativas sobre grandes obras de infra-estrutura para as comunidades a fim de multiplicar as informações;
10. Buscar alternativa para a comercialização do artesanato de Sawawo Hito 40;

Participantes dos grupos:

GRUPO 1: Valterci de Oliveira Pinto (Comunidade Grajaú, Porto Walter) - Julio Raimundo Jaminawa (TI Cabeceira do Rio Acre) - Osmildo Nascimento do Carmo (Resex Alto Juruá) - Francisco Afonso Nunes da Silva (Resex Alto Juruá) - Luis Garcia Campos (Sawawo Hito 40) - Lucas Brasil Manchineri (TI Mamoadate) - Juan Pablo (IBC) – Conrado Octavio (CTI) - **GRUPO 2 - Roxo** (Resex Alto Juruá) - Josias Maná (TI Kaxinawá do Rio Jordão) - Sebastião Aragão de Souza (Conselho Consultivo do PNSD) - Manuel Ashaninka (CN Sawawo Hito 40) - **GRUPO 3:** Alfredo Salinas (TNC) - Teddy Tuesta (PRÓ-Natureza) - Jonas da Silva (Associação dos Seringueiros do Grajaú) - Elsa Mendonça (IPAM) - Edwin Chota (ACONAMAC) - Marcelo Jardim (CPI/AC) - **Ninawá** (Associação Extrativista Huni Kui do Caucho) - José Francisco (Associação Extrativista Huni Kui do Caucho) Terri Aquino (FUNAI) **GRUPO 4:** Flaviano Medeiro Kaxinawá (AKARIB), Antônio de Paula (Associação dos Amigos das Águas do Juruá), Jonafah M. Sousa (Comunidade Foz do Paraná dos Mouras), Ronaldo Cândido da Silva (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodrigues Alves), Juan García Campos (Comunidade Sawawo Hito 40), Raimundo Pianko (Sawawo Hito 40), Francisco de Assis (TI Humaitá), **Matxarengui** (TI Kaxinawa-Ashaninka do Breu), Jaime Manchineri (TI Mamoadate); Marcela Vecchione Gonçalves (Universidade do Canadá) e Maria Luiza Uchôa (CPI/AC).